

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (1)

HISTORIA — Zeitschrift für Alte Geschichte, Jahrgang I. 1950, Heft 2. —
Baden-Baden, Verlag für Kunst und Wissenschaft.

I — Abhandlungen.

1. — Matz (F.) — “Zur ägäischen Chronologie der frühen Bronzezeit.” (pp. 173-194).

O Prof. Friedrich Matz, do Instituto Arqueológico da Universidade de Marburg a.d. Lahn, principia o seu artigo por uma referência à pausa forçada que sofreram as pesquisas arqueológicas na Grécia e na Ásia Menor durante a segunda guerra mundial, acentuando a relativa utilidade desta pausa para uma revisão dos dados cronológicos referentes à pré-história daquelas regiões. Tal revisão era necessária em virtude da descoberta de cerâmica do Heládico Antigo já em Tróia I — o que deveria conduzir a uma elevação das datas até agora aceitas —, das excavações de Mari e do estudo de uma nova lista de reis assírios de Kohrsabad que, em sentido inverso, determinariam um encurtamento da cronologia oriental. Os resultados destas descobertas foram já explorados, principalmente por S. Weinberg (“Aegean Chronology: Neolithic Period and Early Bronze Age”, AJA. 51, 1947, 165) e por Sidney Smith (“MM. I/II and Babylonian Chronology”, AJA. 49, 1945, I), mas sem que se tenha chegado a conclusões indiscutíveis do ponto de vista da cronologia. O caminho para um trabalho desta natureza é o da arqueologia comparada, e é o que faz o Prof. Matz, que toma como base, em primeiro lugar, o fato de terem sido encontrados nos restos da cidade de trabalhadores da pirâmide de Sesostris II (1895-1877) fragmentos de cerâmica do MM II b e, nas suas proximidades (correspondendo ainda à mesma época), fragmentos semelhantes do MM II a; por outro lado, foi encontrada em Cnossos (em local donde foram retirados apenas restos do MM II b), uma figura egípcia de diorito que, segundo alguns (com os quais não concorda S. Smith), teria chegado à ilha antes de 1800. Do confronto destes dados chega-se às seguintes conclusões: MM II a: desde o início do s. XIX até 1800 aproximadamente; MM II b: desde 1830 aproximadamente até o fim do s. XVIII.

Mais complicada é a datação do MM I, e a primeira afirmativa do A, a respeito é que, indiscutivelmente, a cerâmica MM II foi produzida apenas nas oficinas dos palácios, ao passo que, fora daí, sobreviveu a cerâmica designada como MM I até ser substituída pelas formas do MM III. Tratar-se-ia aí, antes de tudo, de objetos simples da vida cotidiana. Um problema surge com a presença de um sinete da época de Hamurapi junto com material do MM I, pelo seguinte: se, apesar de dúvidas reinantes, as opiniões mais abalizadas situam Hamurapi entre 1775 e 1700, como se explica que o sinete se encontre em meio a restos que devem corresponder, no mínimo, à segunda metade de s. XX? — O A. passa, então, a fazer o estudo comparado dos vasos

(1). — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica.

esta fossa, porque ela pertence a um horizonte já encerrado no início do século XIX. O cilindro-sinete foi, assim, conduzido posteriormente ao tholos". Na sequência da anterior surge logo outra dificuldade: "Pergunta-se, agora, se é possível determinar-se uma data absoluta para o limite superior deste horizonte". A comparação dos selos do tholos B de Platanos com os selos egípcios e de vários pontos de Egeu, e os dados do Prof. Stock para a cronologia da VI dinastia, por ele situada entre 2360 e 2200 (e não entre 2420 e 2280), permitem ao A. fixar o horizonte MA II, ao qual pertencem os primeiros destes selos estratigraficamente determinados, em data não superior a 2300. Ora, isto representa um grande ataque à cronologia longa, levando o MA I para a primeira metade do III milênio. Volta-se o A., em seguida, para outras bases em que se possa apoiar e, primeiramente, para a determinação da cronologia de Tróia II, que apresenta importantes relações com o MA II, dado que, pela arqueologia comparada, resulta que Tróia II pertence a um horizonte que, em si, é mais antigo que o de MA II, mas que, na sua parte final, coincide com o início do MA II. Corrigindo sua opinião anterior, Matz dá como data para a destruição de Tróia II 2250-2200, o que confirma a avaliação do início do MA II em 2300 aproximadamente. Passa-se, depois, à arqueologia da Grécia continental, onde são examinadas as relações cronológicas entre o HA I, Tróia II e o MA II, para concluir-se pelo resultado absoluto apenas em favor do início de Tróia II em 2400 aproximadamente, uma vez que todos os outros cálculos são considerados meras hipóteses. Em todo o caso, as excavações cretenses revelam-se, sem dúvida alguma, favoráveis à cronologia curta. Um quadro em que se resumem os resultados obtidos encerra o trabalho em questão.

2. — Stier (H. E.) — "Probleme der frühgriechischen Geschichte und Kultur" (pp. 195-230).

Principiando por algumas considerações ligeiras a respeito da dificuldade da fixação de datas que delimitem os períodos da História, estabelece o A., como fase à qual é dedicado o seu estudo, a que abrange os sete séculos anteriores às guerras médicas, séculos estes que tantas dificuldades oferecem do ponto de vista das fontes. Desenvolve-se, a seguir, o trabalho propriamente dito, dividido em nove partes que, aliás, bem poderiam ser reduzidas a duas apenas: a primeira, tratando da questão da unidade ou divisibilidade da história da Grécia antes das guerras médicas, e a segunda, referente às relações entre a Grécia e o Oriente naquele período.

A afirmativa com que o A. abre a primeira parte de seu trabalho já deixa bem claro o seu ponto de vista a respeito, uma vez que "querer conceber um período de quase sete séculos como uma unidade é, substancialmente, uma quimera". Para quem assim pensa, portanto, não é possível concordar com A. Heuss, que nas "Beiträge zum Verständnis der Griechen und Römer und ihres Nachlebens" editadas por B. Snell sob o título "Antike und Abendland", publicou um estudo sobre a Grécia arcaica como época histórica, no qual atribui como datas limites a esta fase a da migração egeana do século XII (denominação sua, aliás), e a do início das guerras médicas. O ataque às opiniões de Heuss constitui a linha para o desenvolvimento das idéias do A. que, em virtude da falta de fontes escritas, propõe-se a recorrer às arqueológicas para apoiar o seu ponto de vista. Partindo da predominância da arte orientalizante sobre a geométrica na segunda metade do século VIII, e tomando este fato como o prenúncio do princípio de uma nova época histórica, vai o A. encontrá-la com o nascimento da arte monumental da segunda metade do século VII, arte esta já completamente distinta da do período anterior caracterizada pelos estilos geométricos. Este último período, por sua vez, oferece uma relativa unidade frente ao micênico e ao monumental, mas desde 1920/21 G. Karo manifestava suas dúvidas quanto à permanência das mesmas características durante cerca de quatro séculos; estudos que foram feitos desde então

revelaram a existência de camadas estruturadas dentro desta fase e permitiram a distinção entre sub-micênico, proto-geométrico e geométrico propriamente dito, para cujo início o A. propõe a data aproximada de 900, em sincronismo com a introdução do alfabeto na Grécia e nas imediações do princípio da colonização nas costas da Ásia Menor. Assim, o alargamento e o aprofundamento de nossos conhecimentos não nos permitem falar nem mesmo dos séculos compreendidos entre a "Migração dos Heráclidas" e a colonização como constituindo uma unidade, e esta possibilidade desaparece completamente se ampliarmos as nossas considerações até as vésperas das guerras médicas. As divisões podem ser comprovadas também pelo estudo da história constitucional, tomando-se como base uma passagem da "Política" de Aristóteles que nos permite concluir pela existência de um paralelismo entre o desenvolvimento constitucional das cidades gregas e os períodos artísticos compreendidos pelas datas 1200/1150 a \pm 900, \pm 900 a 750/650 e 750/650 ao início do classicismo. Reafirmando ainda uma vez a importância dos testemunhos arqueológicos, assim se expressa o A.: "Na articulação das épocas artístico-históricas reflete-se a estrutura do desenvolvimento de conjunto da história antiga da Grécia".

Entretanto, a qual dos três períodos deverá ser atribuída a designação "arcaico"? — Para o A. arcaico é o período ligado à arte monumental anterior a Péricles e que, ao contrário do que se poderia pensar, nada tem de infantil, mas é uma verdadeira alvorada de maturidade.

Arcaísmo e classicismo apresentam atitudes diversas em relação aos elementos orientais, que predominam no primeiro e são superados pelo segundo; há também a predominância oriental, durante o período arcaico, no setor econômico, com a moeda, e no político, com a tirania. A importância das relações greco-orientais já foi evidenciada por G. Karo, e desde então (1920), nossos conhecimentos a respeito foram consideravelmente alargados, descobrindo-se ligações que antes nem mesmo eram pressentidas e que emprestaram maior colorido e riqueza ao quadro da Hélade arcaica. Refutando Spengler quando este combate o princípio das influências e é levado a negar a existência deste tipo de relações entre a Grécia e o Oriente, volta-se novamente o A. para a arqueologia, mormente para os resultados das recentes escavações em Karatepe, para pôr em destaque as relações greco-orientais. O ornato em forma de lagarta sobreposta aos elmos gregos, que acompanha perfeitamente a expansão helênica pelo Mediterrâneo, não se desenvolveu independentemente com a forma que apresenta no século VIII. Isto porque esta espécie de lagarta já aparece em monumentos do Próximo Oriente, mormente na Assíria e na Síria do Norte sob domínio hitita, nas duas formas com que surge entre os gregos, ainda que menor e mais estreita entre os assírios. A semelhança com o ornato grego é muito maior do lado hitita, nas esculturas de Karkemish e, recentemente, nas de Karatepe, cuja data oscila entre 732 e 715. Assírios e hititas, entretanto, desenvolveram os seus ornatos, ao que parece, sem dispôr de qualquer modelo grego e, além disto, é de importância decisiva para o assunto em questão que se possa considerar o desenvolvimento dos referidos ornatos em solo oriental, sem necessidade alguma de se lançar mão de contatos com os helênicos. De fato, sua origem pode ser encontrada no Urartu, no século IX, ao passo que os mais antigos exemplares entre os gregos não vão além do século VIII. Ora, os próprios gregos (Heródoto, Alceu, Anacreonte), conservaram a lembrança da origem oriental deste ornato do elmo, transmitido ao mundo helênico pelos cários, e o principal resultado disto é que, na dúvida entre uma convergência e um empréstimo, as fontes escritas são decididamente favoráveis ao segundo. A forma deste ornato, que nos parece tão especificamente dos tholos B de Platanos com o material arqueológico de vários outros tholoi cretenses, para concluir em seguida: "Disto resulta que o encontro de um cilindro-sinete babilônico do princípio de século XVIII ou da passagem entre os séculos XVIII e XVII no tholos B de Platanos não pode servir para datar grega, foi modelada em grande parte na Ásia Menor, muito mais do que se poderia imaginar antes do estudo do material descoberto em Karatepe.

Em conclusão final renova o A. seus ataques a Spengler, alinha uma série de outros elementos oriundos transmitidos aos gregos, o que lhe permite dizer que a quantidade destes elementos participantes na cultura grega antiga foi consideravelmente maior do que a de elementos antigos na Renascença ocidental dos séculos XV e XVI. Naturalmente, já Ed. Meyer tinha razão quando advertia contra a tendência a superestimar-se a influência oriental sobre o Helenismo, mas isto não justifica que se considere tal influência como secundária em virtude de uma subestimação. O importante é que, se havia no grego uma tendência à monumentalidade, a sua realização não seria possível dentro dos estilos geométricos e só foi possibilitada pelos elementos orientais.

3. — Klaffenbach (G.) — “Das Jahr der Kapitulation von Ithome und der Ansiedlung der Messenier in Naupaktos” (pp. 231-235).

Explicando a dificuldade de se fixar a data do acontecimento em questão em virtude de um erro cometido pelo editor da obra póstuma de Tucídides, o Prof. Klaffenbach opina em favor dos anos 460/59, portanto, quatro anos após o início da revolta dos hilotas (464/463), coincidindo com o lançamento da expedição ateniense contra o Egito e pouco antes da aliança entre a liga ateniense, Argos e a Tessália (462/61 ou 461/60, segundo o A., na primavera de 461, após o ostracismo de Cimon). Não é considerada possível a exata fixação da data da capitulação de Ithome dentro dos anos 460/59.

4. — Griffith (G. T.) — “The union of Corinth and Argos” (392-386 B. C.) (pp. 236-256).

Aberto o artigo por algumas considerações de ordem geral, passa o A. a fazer a crítica das passagens referentes ao assunto nas “Hellenica”, IV, de Xenofonte, e aborda a questão da data em que teve lugar a união entre Corinto e Argos. Ao contrário de Beloch, que — seguindo Xenofonte — situou a união imediatamente após a revolução democrática de Corinto, o A., utilizando-se do discurso de Andócides a respeito da paz, localiza-a entre a destruição da “mora” espartana por Ificrates em 390 e a ida deste mesmo chefe militar para o Helesponto em 388, ou seja, pelo menos três anos depois da referida revolução democrática, na primavera de 389. Passa, em seguida, a procurar definir o caráter desta união, a qual, segundo Xenofonte e Diodoro, consistiu numa incorporação de Corinto à cidade-estado e ao território de Argos, de tal modo que “Corinto tornou-se Argos, perdeu seu nome e seus cidadãos tornaram-se cidadãos de Argos”. Todos os acontecimentos, então, teriam a característica de um bem sucedido golpe do imperialismo de Argos. Griffith continua, então, a crítica a Xenofonte, para concluir em favor de uma “isopolitêia”, como se vê: “The only terms that suggest themselves are those of isopolity. The conferring of isopolityon on a whole community would be perhaps without parallel at this date, unless we include in our reckoning the extraordinary measure by which the Athenians conferred their citizenship upon the entire democracy of Samos in 405”. Tal “isopolitêia”, naturalmente, só foi possível em virtude da queda da oligarquia em Corinto, graças à revolução democrática que triunfou em 392 com o auxílio de Argos. Esta cidade, deveras, enviou tropas a Corinto e dominou-a completamente; mas isto foi para prevenir qualquer golpe por parte de Ificrates, que estava em condições de realizar tal operação em seu favor imediato. Numa parte final, o A. encarece o significado da “isopolitêia” em questão, uma vez que “the union of Corinth and Argos was a bolder and more interesting affair than has hitherto been suspected”, dadas as circunstâncias em que se verificou: “What is unique here is that this step could be taken by two cities between which there was no overwhelming disparity in size and distinction, and that it could be taken with

the full acquiescence and consent of the weaker party, which in fact refused to break away from the stronger even when the opportunity offered, except under threat of compulsion". É isto poderia mesmo ter levado Argos e Corinto ao domínio de toda a Grécia, desempenhando tais cidades o mesmo papel que deveria caber a Tebas em 371.

5. — Seston (W.) — "Jovius et Herculius ou l'“épiphane” des Tétrarques" (pp. 257-266).

Tratando da festa imperial realizada por ocasião do martírio do centurião Marcelo em Tanger, em 21 de julho de 298, é o A. levado a fazer uma correção na publicação do manuscrito A 76 da Biblioteca Nacional de Madri, manuscrito este que representa a melhor tradição do texto dos "Atos de São Marcelo"; assim, na frase "die felicissimo hac toto orbe beatissimo natalis genuini dominorum nostrorum eorumdem augustorumque cesarum cum solemne celebremus" deve-se substituir a palavra "genuini" por "gemini", o que resulta na seguinte tradução: "neste dia de felicidade para o mundo inteiro que é o duplo aniversário de nossos senhores que são ao mesmo tempo Augustos e Césares, quando celebramos esta festa anual..." Tal festa já foi identificada pelo P. Delehay e por J. Carcopino como sendo o *dies imperii* de Maximiano, mas com isto não pode concordar o A. que, no seu livro "Dioclétien et la Tétrarchie" (Paris, 1946), procurou demonstrar que Maximiano tornou-se César em 1/III/286 e Augusto no fim deste mesmo ano, chegando, portanto a datas afastadas do período em questão. Não se aceita, também, a hipótese de um *dies imperii* comum aos tetrarcas, porquanto "à cette date, il ne saurait trouver place dans aucun des systèmes chronologiques proposés pour leur règne commun". Considerando que, na Tetrarquia, apenas uma qualificação poderia agrupar os imperadores dois a dois, que era a que reconhecia a Diocleciano e a Galério o título de Jovius e a Maximiano e Constâncio o de Herculius, a festa de 21 de julho seria, então, a comemoração do dia em que, pela primeira vez, os imperadores tomaram tais designações divinas. Possuímos, aliás, no "Panegirico" de 291, uma base para o estudo de tal festa, e é interessante notar-se que — conforme observação de E. Galletier — o autor do "Panegirico", dirigindo-se a Maximiano, expressa-se de tal sorte que parece referir-se, não a um único, mas a um duplo aniversário; os "Atos da Paixão de São Marcelo", por sua vez, aludem a uma festa comum aos quatro imperadores, ainda que Maximiano mereça destaque especial, como Imperador cuja influência se faz sentir mais diretamente, dado que, como em 291, estava presente às cerimônias. Assim, é o A. conduzido à confirmação de seu ponto de vista já defendido em 1946, de que se trata da comemoração do dia em que Diocleciano e Maximiano adotaram os nomes de Jovius e Herculius.

Passando à comparação entre o discurso oficial de Trêves em 291 e os "Panegíricos" de 21/IV/289 e de 1/III/297, destaca o A. a importância dos temas relativos à "Pietas" e à "Felicitas" dos imperadores e repele a possibilidade de se entrever aí a intenção do orador de fazer dos imperadores a encarnação de Júpiter e de Hércules. Como seriam eles, então, considerados, estes senhores que, "malgré leur divinité sans cesse affirmée, on distingue si soigneusement de dieux?" — A existência, sob a Tetrarquia, de uma festa como esta de 21/VII, denominada "geminus natalis" dos Jovii e Herculii (que não encontra paralelo na história anterior do Império), prova ter havido um dia considerado como aquele em que Diocleciano e Maximiano iniciaram uma nova vida, "tout au moins aux yeux de leurs contemporains". Ainda a oração oficial de 291 é invocada para nos explicar o que se deve entender por isto, esclarecendo-nos que "la fête du 21 juillet est un "natalis" parce qu'elle est celle des fils de Jupiter et des fils d'Hercule que sont les empereurs "Jovii et Herculii". Contrariando a opinião de N. H. Baynes, para o qual isto nada mais seria do que um tema tradicional dos panfletários e bajuladores, Seston

afirma que Diocleciano foi o primeiro a estabelecer uma relação de filiação entre um certo deus e um certo imperador: "Jupiter est 'le fondateur et le père de sa dynastie'" (caelestis ille vstri generis conditor vel parens 3,2). Il y a entre le père et sa descendance un lien personnel qui est défini comme une promesse; celle-ci vaut aux empereurs en toutes circonstances l'appui de l'autorité divine". Surge em seguida, naturalmente, a resposta à questão da festa de 21/VII: "Dès lors, le 'geminus natalis' du 21 juillet ne peut être que l'anniversaire du jour où, au cours de leur règne, l'ascendance divine des empereurs a été manifestée: c'est une épiphanie". A origem das idéias religiosas que levaram Diocleciano e Maximiano a ligarem-se aos deuses já foi indicada por W. Ensslin, e está nas duas tendências do mundo antigo a fazer do imperador um deus e a reconhecer nele o portador de um carisma.

II — Forschungsberichte.

6. — Bittel (K.) — "Hefhter und Proto-Hattier" (pp. 267-286).

Dada a importância de que se revestiu a formação do império hitita na Ásia Menor, tanto do ponto de vista político como cultural, não pode deixar de chamar a atenção a circunstância de se acharem os hititas, linguisticamente falando, completamente estranhos aos outros habitantes do Próximo Oriente. Foram seus predecessores os chamados Proto-Hatti, cuja língua nem era indo-germânica nem semita. Passa a ser de grande interesse, então, o problema do local de origem dos hititas e o da época de sua migração. Ora, os próprios textos que nos foram transmitidos não nos dão margem para a solução da primeira destas dificuldades, que permanece no domínio das hipóteses. A maioria dos especialistas (como algumas excessões, entre as quais Hrozný), inclina-se para uma origem ocidental, apoiando-se em relações evidenciadas pela língua hitita com línguas como a celta, por exemplo. O próprio testemunho de Tróia II, destruída violentamente, é invocado em favor de u'a migração no sentido W-E, passando pelos estreitos. O A. não apoia tal ponto de vista por achar Tróia II um caso isolado, quando uma invasão deste tipo deveria ter deixado todo um roteiro de destruições. A falta de material arqueológico, entretanto, impede uma solução do problema em caráter definitivo. A data da penetração no interior da Ásia Menor também não está completamente definida, podendo-se, todavia, afirmar que, com toda a certeza, já eles lá se encontravam nas imediações do ano 1800 a. C., conforme nos dá testemunho um texto do rei Anitta de Nesa. Tal soberano, certamente, foi um dos iniciadores do poderio hitita e, provavelmente, foi o destruidor das atividades de colonos assírios na região. Se seu nome, assim como o de seu antecessor Pithana, não é hitita, e sim proto-hatti, isto nada significa, porquanto tal fato verifica-se também com soberanos posteriores e que são indubitavelmente hititas. Para além de 1800 nada mais podemos afirmar, se bem que se tenha tentado solucionar esta dificuldade lançando-se mão de outras fontes não hititas. Assim, temos os antigos textos assírios, também chamados capadócios, testemunhos de estabelecimentos comerciais lançados por Assur na parte oriental da Anatólia, e dos quais o mais importante foi o de Karum Kanesh, atualmente a colina de ruínas de Kültepe, a NE do Argaios. Desde a segunda metade do século XX a.C. já floresciam, provavelmente, tais estabelecimentos, e nada há nos documentos em questão que permita afirmar-se a presença de hititas na região. Não se deve, porém, tirar conclusões apressadas, uma vez que eles lá poderiam estar, mas em situação de inferioridade, dominados por outros povos. As fontes arqueológicas podem dar ensejo a uma tentativa, apenas, de esclarecimento da questão, mas há necessidade de que se disponha de elementos que permitam distinguir-se claramente o que, nelas, é hitita e o que é proto-hatti. Temos alguns traços marcantes da cultura proto-hatti, revelados pelas excavações feitas pelos turcos em Hüyük desde 1935, e como hitita pode ser considerado — com algumas excessões — tudo o que

foi encontrado nas camadas dos séculos XIV e XIII em Bogazköy: características arquitetônicas próprias, relevos, sinetes, cerâmica, etc., que nos permitem distinguir toda uma região em que indo-germânicos hititas dominaram política e culturalmente, levando-se sempre em conta, porém, os empréstimos feitos às populações locais e vizinhas. Desde quando estabeleceu-se esta cultura hitita na Ásia Menor, quais foram os seus inícios, e qual o seu processo de formação? — Pode-se dizer, primeiramente, que ela já estava formada entre os séculos XVII e XV, é claro, sem a monumentalidade, que surgiu posteriormente. Além do século XVII, todavia, nada foi resolvido ainda. Alguma base para novas inferências está sendo fornecida pelas escavações turcas de 1948/49 e ainda em curso, realizadas em Kültepe e cujos resultados poderão contribuir para preencher a lacuna entre o período hitita e o pré-hitita. Kültepe consiste numa colina de cerca de 10 metros de altura na qual se encontra material arqueológico disposto em camadas que abrangem todos os séculos que se situam entre o início do III milênio e a época helenística; além disto, há ainda, ligada a esta colina, uma extensão de cerca de 800 ms. de comprimento por 35 de largura e 2,5 de altura para a qual voltam-se hoje em dia as atenções dos especialistas turcos. Distinguem-se aí quatro camadas, sendo a mais inferior anterior ao estabelecimento assírio e abrangendo as outras três diversas fases deste estabelecimento. Entre as camadas III e II e II e I há sinais de violentos incêndios e destruições. O material aí encontrado dá margem à suposição de que a colônia foi fundada ainda no tempo da terceira dinastia da Ur, estendendo-se depois até as primeiras décadas do século XVIII e consiste, não em objetos assírios, mas locais, o que nos leva à seguinte questão: se colonos assírios do século XIX na Anatólia oriental viviam cercados de objetos do próprio local, servindo-se para finalidades domésticas de material indígena, como devemos nós classificar este "indígena"? — Como "hitita" ou como "pré-hitita", isto é, proto-hatti?

Uma estatueta de chumbo representando um deus extraordinariamente semelhante a imagens congêneres hititas; casas com traços comuns às dos hititas; cerâmica abundante da qual boa parte é também encontrada entre os hititas, levam-nos à possibilidade de uma conclusão:

a) — assírios estabelecidos em Karum Kanesh viviam num ambiente caracterizado por elementos anatólios;

b) — tais elementos não coincidem com o material proto-hatti originado de outras estações ou necrópoles dos últimos séculos do III milênio nem oferecem margem à hipótese de serem derivados deste.

Trata-se, então, de uma transformação verificada na região, em virtude da ação de novas forças que foram, possivelmente, representadas pelos hititas; estes, assim, devem ter chegado entre os séculos XXII e XX, nos fins do III milênio. Espera-se, todavia, o resultado final das escavações turcas, que permitirão, certamente, dar-se feição mais precisa a vários pontos ainda hoje no domínio das suposições.

III — Rezensionen.

Francesco della Corte: "Catone Censore, La Vita e la sua Fortuna", Torino (Rosenberg & Sellier) 1949, 190 pp.; Matthias Gelzer: "Pompeius", München, 1949, F. Bruckmann, 311 pp.; Lily Ross Taylor: "Party Politics in the Age of Caesar" (Sather Classical Lectures, volume twenty-two), Berkeley u. Los Angeles, University of California Press, 1949, 255 pp.; André Piganiol, "L'Empire Chrétien", Paris, Presses Universitaires de France, 1947, 446 pp. Tais obras foram entregues aos seguintes professores: Ulrich Knoche, de Hamburgo; J. P. V. D. Balsdon, de Oxford; Ernst Hohl, de Berlin-Niederschöneweide; e Karl Friedrich Stroheker, de Tübingen.

IV — Zeitschriftenreferate.

"The Journal of Hellenic Studies", 78, 1948; "Journal of Roman Studies", 39, 1949; "Comptes-Rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles Lettres", Paris, Klincksieck, 1949; "Bayerische Akademie der Wissenschaften (Sitzungs-Berichte, assinados por E. Kornemann — "Das Prinzipat des Pompeius und der 'Genius Senatus' —, W. Ensslin — "Zu den Kriegen des Sassaniden Scharpur I", e, pelo mesmo professor, "Des Symmachus Historia Romana als Quelle für Jordanes"); "Deutsche Akademie der Wissenschaften zu Berlin" (artigos dos professores H. Grapow — "Studien zu den Annalen Thutmosis des Dritten und zu ihnen verwandten historischen Berichten des Neuen Reiches" —, G. Kleiner — "Alexanders Reichsmünzen" — e Sitzungs-Berichte assinadas por J. Stroux — "Epigraphische Beiträge I: Eine Hafeninschrift von der Küste des Pontus" — e E. Hohl — "Ein politischer Witz auf Caracalla. Ein Beitrag zur Historia-Augusta Kritik"); "Heidelberger Akademie der Wissenschaften" (Sitzungsbericht assinado por M. Dibelius — "Die Reden der Apostelgeschichte und die antike Geschichtsschreibung"); "Museum Helveticum", Basel, 7, 1950; "Annuaire de l'Institut de Philologie et d'Histoire Orientales et Slaves", IX, 1949 ("Mélanges Henri-Grégoire"). Completa esta secção a resenha de vários números da publicação soviética "Vestnik Drevnej Istorii" (Revista de História Antiga), editada desde 1937 pelo "Instituto de História" da Academia de Ciências da URSS e confiada, até 1948, à direção do Prof. Aleksandr Vasil'evitch Mitchulin, e a partir daí, ao Prof. S. V. Kiselev. São os seguintes os números resenhados: 1948, n.º 2 (24); 3 (25); 4 (26); 1949, 1 (27); 3 (28); 4 (30).

V — Nachrichten

1 — 80.º aniversário natalício de Gaetano de Sanctis, transcorrido a 15 de outubro de 1950.

2 — A Academia Britânica designou uma comissão para, sob os seus auspícios, compilar uma prosopografia do baixo Império Romano (284-641). É seu objetivo fazer, para o baixo Império, o mesmo que com a "Prosopographia Imperii Romani" foi feito para o Principado, isto é, fornecer o material para o estudo da classe governante do Império. Tal trabalho deverá ser efetuado em colaboração com o Instituto Francês de Estudos Bizantinos, que está preparando o lançamento de uma prosopografia cristã que cobrirá o período de 300 a 700, abrangendo todos os que, clérigos ou não, desempenharam algum papel na história do Cristianismo.

PEDRO MOACYR CAMPOS

MIREAU (Émile). — *Les Poèmes Homériques et l'Histoire Grecque*. Tome II: *L'Iliade, l'Odyssée et les rivalités coloniales*. Paris. Éditions Albin Michel, 1949. Em 8.º, 436 páginas, 4 mapas. 540 francos.

Se há na história da literatura universal um problema que tenha preocupado os críticos de todos os tempos, cuja solução pareça a muitos desesperadora, é o da chamada "Questão Homérica". Sobre o debatido assunto uma das obras mais originais, mais ousadas, digamos mesmo, mais arbitrárias ultimamente publicadas é, sem dúvida alguma, a do Sr. Émile Mireau *Les Poèmes Homériques et l'Histoire Grecque*, em 2 volumes.

Dando um colorido inteiramente novo à controvérsia, o ilustre escritor francês estuda as epopeias homéricas do ponto de vista histórico e econômico.